

Ética e Fraude da Auditoria no Caso Pan-Americano

Ethics and Fraud in the Pan-Americano Case Auditing

Rafaeli Cristina Goldschmidt

Universidade Norte do Paraná, PR, Brasil
E-mail: rafagoldschmidt@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os eventos ocorridos durante um dos maiores escândalos financeiros da história do Brasil, o caso Pan-Americano. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos fatos ocorridos e noticiados pela mídia no 2º semestre de 2010 com o objetivo de identificar a sistemática da fraude bilionária ocorrida na instituição financeira, o posterior desdobramento da crise e seu desfecho. De modo introdutório, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais temas que envolvem a auditoria e o controle interno nas organizações financeiras.

Palavras-chave: Auditoria. Controle Interno. Fraude. Pan Americano.

Abstract

This study aims to analyze the events that occurred during one of the biggest financial scandals of Brazil's history, the Pan-americano case. For this, a literature search was carried out about the events that occurred and reported by the media in the 2nd half of 2010 with the objective of identifying the systematic billion-dollar fraud that occurred in the financial institution, the subsequent crisis development and its aftermath. In an introductory way, a literature search was performed on the main topics involving the auditing and internal control in financial organizations.

Keywords: Auditing. Internal control. Scam. Panamericano.

1 Introdução

O mundo em geral e, principalmente, o dos negócios passou por mudanças profundas nas últimas décadas. A sociedade também mudou seus conceitos e hábitos, o que ocasionou um maior nível de exigência das organizações tanto por parte de consumidores, de acionistas e de investidores, quanto por parte dos administradores que precisam estar cada vez mais atentos ao controle da qualidade total, especialmente, ao gerenciamento dos seus recursos.

À medida que os mercados evoluem e as exigências aumentam, a competitividade se acirra entre as organizações, funcionando como um catalisador na busca de novas formas de melhorar a gestão das mesmas, seja essa administrativa, operacional, contábil, fiscal ou financeira. Nos dias de hoje, há ainda uma exigência maior da sociedade quanto à responsabilidade social e até ambiental, que faz com que essas organizações procurem também adequar a gestão a essa nova realidade, pois cada vez mais é imprescindível um comprometimento delas com a sociedade.

A maioria dos parceiros econômicos, atualmente, tem negócios em um cenário globalizado, o que torna a busca da qualidade mais relevante, pois a maioria não admite mais a não qualidade. Qualidade, eficácia, transparência, ética, e

responsabilidade socioambiental são premissas básicas para sobrevivência e sustentabilidade organizacional.

É nesse contexto que se aplica a auditoria que este trabalho procura apresentar. As auditorias de gestão e da qualidade buscam contribuir com a organização no que diz respeito a seus procedimentos operacionais, propiciando um aumento de qualidade, reduzindo custos, otimizando processos, minimizando riscos, auxiliando no gerenciamento correto dos recursos da entidade sejam de natureza financeira, econômica e humana, e nas tomadas de decisões, além do aspecto social.

2 Desenvolvimento

2.1 O surgimento da auditoria da análise das Demonstrações Contábeis

A Contabilidade teve seu surgimento desde a existência do homem, pois assim que adquire um bem ele tem necessidade de proteção para a posse, e sempre teve a necessidade de saber o quanto esse bem poderia render, e o que era preciso para aumentá-los, essa é a forma mais simples de explicar a necessidade que fez com que surgisse a contabilidade.

A Contabilidade é considerada como ciência social que tem respeitável acervo cultural e um conjunto de técnicas, princípios, conceitos e metodologias própria para servir a quem se utilizar de seus produtos, contribuindo, no plano

econômico e administrativo das entidades, para a produção de informação seguras e objetivas (ATTIE, 2010, p 95).

Marion (2009) ressalta que o surgimento da Contabilidade foi há cerca de mais ou menos quatro mil anos antes de Cristo. O homem se atentava a sua principal atividade econômica que era o pastoreio e, conseqüentemente, analisava a variação do seu rebanho, buscando avaliar as riquezas. Sendo assim, é possível constatar que a Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto a própria Contabilidade (MARION, 2009).

Contemporaneamente, a Análise das Demonstrações Contábeis se destacou como exigência dos banqueiros americanos para conceder empréstimos a empresas que almejavam alavancar seus investimentos (MARION, 2009).

Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve uma necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar aos controles internos, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado (ALMEIDA, 2003, p 25).

Nas últimas décadas ocorreu uma evolução significativa nas demonstrações financeiras, Almeida (2003). Segundo o autor, o que se destaca são as formas de apresentação, a quantidade de informações que são divulgadas e a qualidade destas informações.

Assim, como nos Estados Unidos esta melhoria ocorreu em conseqüência da necessidade de investidores terem um conhecimento mais profundo e confiável sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações e suas origens (ALMEIDA, 2003).

Attie (2010) afirma que para garantir certo grau de confiabilidade, a contabilidade se baseia, fundamentalmente, em documentação idônea, em obediência a princípios contábeis consagradas pela doutrina, registrando-os de forma uniforme, homogênea, em ordem cronológica.

As Demonstrações Contábeis não representam a simples soma dos dados, mas devido ao caráter abrangente revelam o inter-relacionamento e a interdependência dos diversos segmentos que o compõem (ATTIE, 2010).

Para regulamentar a execução desta atividade, no Brasil, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que foi atualizada em 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.638. Esta legislação é aplicada às Sociedades por Ações.

O Conselho Federal de Contabilidade criou, por intermédio da resolução 1.055/05, o comitê de Pronunciamentos Contábeis, que em sua origem no trabalho combinativo e democrático envolveu, além do Conselho Federal Contábil, outros organismos constituídos e divulgados de opinião, como IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), A Bolsa de Valores dentre outras, cujo conteúdo é prover a normatização aplicável aos eventos contábeis e financeiros de forma a constituir um conjunto adequado e uniforme às diversas instituições organizadas. A partir da deliberação 520, de 15 de maio de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a emitir os pronunciamentos em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (ATTIE, 2010).

Através desta regulamentação se faz necessário abordar os objetivos da Auditoria das Demonstrações Contábeis.

2.2 Objetivo da auditoria das demonstrações contábeis

O principal objetivo da Auditoria Contábil consiste em verificar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas.

Para alcançar o objetivo acima, o auditor necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, do passivo, das despesas e de receita, a fim de estabelecer natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria, e colher as evidências comprobatórias das informações contábeis espelhadas nas demonstrações para, a partir da avaliação das mesmas, emitir parecer.

Já Attie (2010) diz que o objetivo da Auditoria das Demonstrações contábeis é expressar uma opinião sobre a propriedade da mesma, e assegurar que essa represente em seu conjunto, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis no Brasil.

Sendo assim, Lunelli (2011) ressalta que as informações da análise de balanços estão voltadas para dentro e fora da empresa e não se limitam apenas ao cálculo de meros indicadores de desempenho.

Este autor salienta que para que a análise possa espelhar a realidade de uma empresa, é necessário que o profissional de contabilidade tenha certeza dos números retratados nas Demonstrações Contábeis e que efetivamente espelham a real situação líquida e patrimonial da entidade, para isso se deve entender a confiabilidade da auditoria.

2.3 Confiabilidade da auditoria

Ao lidar com o resultado de uma empresa, que está diretamente ligada a finanças, não se pode interpretar a reação de um indivíduo diante de uma oportunidade de usufruir de um dinheiro.

A função da contabilidade como instrumento de controle administrativo é hoje reconhecida no mundo todo. Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em eficiente controle interno é até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar informações contidas nos relatórios (ATTIE, 2010, p.152).

A confiabilidade da informação se fundamenta na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo. Através do Portal da Auditoria se pode verificar que: § 1º A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as

Normas Brasileiras de Contabilidade e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e de previsão por ela possibilitados.

Assim, é primordial destacar a função da auditoria externa para garantir a confiabilidade da auditoria dentro das organizações.

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.

Quando se realiza auditoria externa ou auditoria independente como também é denominado, é um trabalho totalmente independente de forma a apresentar dados e informações imparciais de todo o material coletado para uma análise no intuito de dizer e mostrar sempre a verdade.

Nesse sentido, o resultado do seu trabalho requer todos os princípios éticos como apresenta a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 803/96, de 10 de outubro de 1996, que aprovou o Código de Ética Profissional do Contabilista - CEPIC que tem por objetivo fixar a forma que conduz o contabilista, quanto ao exercício profissional (ATTIE, 2010, p.14).

Após abordar os princípios que norteiam a auditoria externa é conveniente apontar os pilares, que sustentam a auditoria interna dentro das instituições.

A partir do surgimento de empresas formalmente constituídas, os auditores deixam de ser públicos para atender as necessidades de suas organizações.

Esses auditores internos tinham, inicialmente, a responsabilidade quase exclusiva de revisar e conferir valores e documentos, como extensão da função dos auditores públicos (ALMEIDA, 2003).

Com a evolução das práticas comerciais e da inter-relação entre as entidades, a administração e a contabilidade passa a necessitar de alguém que lhe afirme que os controles e as rotinas de trabalho estão sendo habitualmente executados.

Seguindo este contexto, a auditoria interna assume importante pilar para desempenhar os papéis de revisar seu próprio trabalho, que nem sempre é tarefa simples e auxiliar a controladoria na conscientização das áreas quanto a uma visão integrada de todo o processo empresarial.

A auditoria interna tem por finalidade desenvolver um plano de ações, que auxilia a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização (MURARO; SANTOS, 2010).

A auditoria interna tem como atividade básica revisar e avaliar a eficiência, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais; além de determinar o grau de confiança das informações contábeis e de outras naturezas, observarem normas internas e legislação pertinente,

e também tem como atividade avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades (ATTIE, 2010).

Enaltecendo este conceito, Muraro e Santos (2010) afirmam que as organizações, ao realizarem suas operações internas, necessitam de procedimentos e de mecanismos que assegurem a sua execução e o registro de forma correta, eficiente e ordenada, denominados controles internos.

Diante do exposto se torna necessário abordar os conceitos que fundamentam o controle interno dentro das organizações.

2.4 Controle interno

A inexistência de um controle interno torna favorável a ocorrência de irregularidades, sendo que a auditoria se destaca como um instrumento importante para descoberta de erros e de fraudes, evidenciando-os e, principalmente, prevenindo para que não ocorra a prática desses delitos.

A Contabilidade é ferramenta muito importante para coleta de informações, as quais devem coincidir com a realidade da empresa, possibilitando assim, a tomada de decisões por parte dos indivíduos que delas se servem. As empresas podem deixar de atingir seus objetivos, caso ocorram erros ou fraudes em suas atividades e a auditoria possibilita o esclarecimento de fatos, evitando assim, crimes.

De acordo com Attie (2010) a importância do controle interno se torna fraco a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não dispunha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações.

É importante destacar que existem princípios e meios que são necessários e devem ser desenvolvidos nas organizações. As principais formas que podem dar suporte a proteção dos ativos e respaldo.

Percebe-se que quando se tem um adequado sistema de controle interno se limita a oportunidade de funcionários estarem utilizando de suas funções para tirarem benefícios a seu próprio favor.

Ainda, na opinião de Attie (2010), todas as empresas possuem controle interno. A diferença básica é que esses podem ser adequados ou não. Não é só importante ter o controle, mas também acompanhar sua implantação, aprimoramento e avaliar o grau de eficácia. Assim, são destacados alguns quesitos que podem ser utilizados para tal realização.

Destarte, torna-se crucial apresentar os fatores que predominam na implantação do controle interno.

2.5 Procedimentos da auditoria e do controle interno

Muraro e Santos (2010), em artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade, ressaltam que um sistema de controle interno é utilizado tanto nas empresas privadas como em instituições públicas.

De acordo com o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados

(AICPA), um sistema de controle interno é aquele que abrange o plano de organização adotado pela empresa para verificar a precisão e a fidedignidade de seus dados contábeis. Isso permite a proteção do patrimônio da entidade, a busca pela eficiência operacional e o encorajamento à adesão das políticas estabelecidas pela administração superior.

Um bom controle interno previne contra a fraude e minimiza os riscos de erros e de irregularidades (ATTIE, 2010). No entanto, não basta só ter um bom controle interno, é preciso ter pessoas confiáveis e preparadas para trabalhar com eficiência e exatidão.

O modo pelo qual se organiza o sistema para que se possa aplicá-lo, de forma adequada, neste contexto se entende que requer um plano organizacional para organizar o sistema de controle interno, com intuito de evidenciar o controle como uma ferramenta de auditoria, que proporciona mais confiabilidade.

As fraudes contábeis acontecem, principalmente, pelos funcionários, fornecedores e clientes, ou seja, pessoas que têm certo grau de confiança dentro da organização, em muitos casos eles usam estratégias ilícitas para usufruir de sua confiança para ganhar dinheiro fácil.

Na administração econômica, fraudes são adulterações de pesos e de medidas, substituição e subtração de mercadorias, furtos nas transações, roubos e desvio de mercadorias e valores, abuso de poder e de funções, apropriações indébitas, cálculos errados, documentos falsos, falta de caixa, irresponsabilidade em prestações de contas (ATTIE, 2010).

Completando os conceitos estabelecidos, Kraemer (2011) afirma que as fraudes gerenciais são aquelas cometidas contra a organização e destaca uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, na qual se verificou que 68% das fraudes gerenciais foram cometidas por empregados, 34% cometidas por gerentes e 12% pelos proprietários da entidade. Ressalta-se, ainda, que muitas dessas fraudes envolveram colusão entre empregados, gerentes e proprietários.

2.6 Ética na auditoria

Ética, conforme Vázquez (2005), pode ser definida como a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É entendida como um sistema de normas, princípios e valores, segundo os quais são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade.

Considerando, portanto, a ética como o estudo do comportamento humano em sociedade, em que podem ser definidos padrões de convivência, que são geralmente classificados em bons ou maus. Assim, quando alguém está agindo conforme um padrão considerado bom, age de forma ética. Da mesma forma, alguém que segue padrões considerados maus estará agindo de forma antiética.

Grupos sociais, entidades públicas ou privadas e quaisquer outras formas de organização social procuram estabelecer normas de conduta, consideradas a boa moral, a qual se espera

que seus integrantes sigam. Este processo pode ser visto como o sistema de controle interno da organização.

Esta visão de ética, segundo Kant (2004), reflete a filosofia moral aplicada à natureza humana, e difere da filosofia moral pura, que está diretamente relacionada à metafísica. Essa diferenciação é possível em ética, da mesma forma que o é em outras áreas, afinal, pode-se diferenciar matemática pura de aplicada e lógica pura de aplicada.

Os termos éticos e moral costumam ser utilizados como sinônimos. No entanto, na literatura clássica se percebe uma distinção sutil no uso destas duas expressões. Ética se refere às concepções do que é correto na conduta humana, enquanto moral está mais ligada à ação prática na vida cotidiana destas concepções. Assim, ética implica conceitos que são as definições metafísicas associadas ao bem, enquanto que moral é o uso, segundo os costumes de cada localidade e tempo, das ideias da ética (PLATÃO, 2008).

Aristóteles (2007) reconhece a existência de diversos comportamentos que se relacionam com o mesmo objetivo, como, por exemplo, a covardia e a impetuosidade. Indo mais além, demonstra que estes aspectos morais estão fora da medida no tocante às coisas que inspiram confiança, e por isso não se constroem como boas virtudes. Por outro lado, a prudência e a coragem se mantêm a meio caminho entre o excesso e a falta de equilíbrio emocional, que é a posição correta, e por isso são boas virtudes.

Quadro 1 - Descrição dos modelos de ética

| Modelos de Ética | Descrição |
|-----------------------|---|
| Utilitarismo | Procura-se atingir o bem maior. |
| Direitos e Obrigações | O direito de um é a obrigação de outro, e vice-versa. |
| Justiça | Deve-se dar a cada homem o que lhe é próprio. |
| Virtudes | Envolve integridade, lealdade, responsabilidade etc. |

Fonte: Dados da pesquisa.

Concluído a fundamentação teórica sugerida no início deste trabalho, o capítulo a seguir tem como objetivo apresentar o estudo de caso, o qual apresentará a História da instituição PanAmericano, o que é, e como se desencadeou a crise que teve seu ápice em setembro de dois mil e dez.

3 Estudo de Caso

3.1 A história do Banco PanAmericano

Segundo relatos coletados no site oficial do Banco PanAmericano (2011), a história do Banco PanAmericano tem seu início nos primórdios da década de sessenta, mais precisamente em vinte e um de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove, quando o grupo Silvio Santos adquiriu a maior parte das ações do REAL SUL CRÉDITO, financiamento e investimento. Essa empresa atuava no mercado desde 1963, em São Caetano do Sul. Com isso, o Real Sul incorporou a Baú Financeira, outra empresa do Grupo Silvio Santos.

No entanto, foi somente em mil novecentos e noventa e nove que o Baú financeira pode atuar como Banco múltiplo, ou seja, atuar nas mais diversas áreas financeiras, além do simples crédito e financiamento. Surgia assim o Banco PanAmericano S/A, ocupando o décimo nono lugar entre os maiores Bancos brasileiros.

Em dezembro de dois mil e nove, a Caixa Econômica Federal (CEF) comprou quarenta e nove por cento das ações com direito ao voto por setecentos e quarenta milhões de reais.

Operação foi aprovada pelo Banco Central (BC) em junho do mês, ano da compra.

3.2 O que é o PanAmericano?

Para responder a esta indagação foi necessário buscar informações no site oficial do Banco PanAmericano (2011), o qual descreve toda a trajetória da instituição.

O Banco PanAmericano S.A. é uma instituição financeira focada no financiamento para consumo de pessoas físicas das classes B, C, D e E, independente dos grandes conglomerados financeiros brasileiros.

Diferencia-se de seus principais concorrentes pelo portfólio extenso de produtos e serviços que oferece nesse segmento, que inclui crédito direto ao consumidor, crédito consignado, cartões, seguros, *leasing* e consórcio, de forma que não depende integralmente de apenas um único produto.

Esta instituição opera como Banco múltiplo desde mil novecentos e noventa e um e iniciou suas operações com cartões de crédito em mil novecentos e noventa e quatro e com *leasing* em mil novecentos e noventa e oito, com a criação de sua subsidiária PanAmericano Arrendamento Mercantil.

Em 1999, a seguradora PanAmericano de Seguros foi incorporada ao Banco. Opera ainda com crédito consignado desde dois mil e dois, mesmo ano em que o antigo Consórcio Vimave foi transformado em sua subsidiária do Consórcio Nacional PanAmericano.

Acredita-se que o segmento de crédito para pessoas físicas possui alto potencial de crescimento em função da demanda reprimida por crédito no País, perspectivas de queda das taxas de juros, crescimento de renda média e o consequente aumento do consumo pelas classes B, C, D e E. O ambiente macroeconômico brasileiro tem se caracterizado pela queda das taxas de juros nos últimos anos.

Acredita, também, ser capaz de manter seus índices de rentabilidade neste cenário, uma vez que a redução das taxas de juros favorece o crescimento da atividade econômica de um modo geral, incluindo o aumento do volume de operações de crédito, bem como a redução dos índices de inadimplência.

Os produtos do Banco PanAmericano S.A. são distribuídos por meio de pontos de vendas exclusivos, presentes em todos os Estados brasileiros e principais cidades, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal, mais de 25.000 parceiros comerciais, tais como: concessionárias e revendedores de veículos leves e pesados e grandes redes de lojas de varejo, e

por meio do *call center*, este é um dos diferenciais exclusivo, com mais de 407 posições de vendas, atendendo mensalmente aproximadamente 1.385 mil ligações.

Esta rede de distribuição permite ao Banco uma abrangência de 85% do território nacional. A carteira de crédito é diversificada entre financiamento de veículos, crédito consignado, crédito pessoal, cartões, arrendamento mercantil e CDC Lojista (financiamentos de móveis, eletrodomésticos, materiais de construção, turismo entre outros).

É uma empresa pertencente ao Grupo Silvio Santos (GSS), conglomerado que ocupa a 66ª posição no *ranking* de maiores por Receita Operacional Líquida, conforme a 32ª edição do Balanço Anual da Gazeta Mercantil – 300 Maiores Grupos (Out./2008).

No ano de dois mil e oito ocorreu o cinquentenário do Grupo Silvio Santos que, atualmente, conta com mais de trinta empresas. O Banco PanAmericano S.A. é a empresa líder, de um conjunto de companhias que compõem a Divisão Financeira do Grupo Silvio Santos. A marca “*PanAmericano*” está entre a 500 marcas, mais valorizadas do setor financeiro mundial.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do PanAmericano abrangem os resultados financeiros dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs - entidades de propósito específico ligadas ao Banco), nos quais a Divisão Financeira é detentora de posições em cotas subordinadas ou é responsável pela coobrigação dos créditos cedidos.

O PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PanAmericano S.A., que detém 99,97% de seu capital total. A empresa de *leasing* opera de forma integrada com a sua controladora, o que amplia e diversifica as opções de compra dos clientes.

As operações de arrendamento mercantil são realizadas em concessionárias e lojas de veículos leves, pesados e de motocicletas. Os veículos arrendados possuem uma idade média de três anos de uso, e seus clientes são predominantemente pessoas físicas, cerca de 97% da carteira total. Entre as empresas de Arrendamento Mercantil, considerando-se o critério do Valor Presente da Carteira de *leasing*, o PanAmericano ocupa a 19ª posição, conforme dados de setembro de 2008 da Associação Brasileira da Empresas de Leasing - ABEL.

A Seguradora ocupa a 11ª posição entre as empresas que atuam no ramo de Acidentes Pessoais, e é a 9ª no segmento de Seguro Desemprego. Considerando-se as estatísticas da Susep - Superintendência de Seguros Privados, em 31/12/08 no ranking geral (critério de Resultado Operacional), o PanAmericano de Seguros ocupava a 16ª posição.

3.3 A fraude

Patury (2010) relata que em setembro de 2010, técnicos do Banco central identificaram um desfalque de 2,5 bilhões de reais nas contas do PanAmericano. O Banco vendia as

mesmas carteiras de crédito a diferentes compradores e não registrava as operações em seu balanço. A maquiagem servia para inflar o patrimônio do Banco aos olhos do mercado.

Diante deste fato ocorrido, a pergunta que surge é a seguinte: antes de a Caixa Econômica Federal (CEF) comprar as ações da PanAmericano, suas contas tiveram de ser analisadas por especialistas do próprio comprador, do Banco Central e de auditores independentes. Como é possível que ninguém tenha percebido o rombo? (PATURY, 2010).

Para tentar responder a esta pergunta, Crespo (2011) aponta a seguinte reportagem:

O sindicato disse à reportagem que, no segundo semestre de 2006, o BC colocou o Banco PanAmericano 'em evidência', termo usado pela autarquia quando nota que algum Banco precisa de fiscalização mais intensa (o BC não confirma nem nega essa informação, que é sigilosa). Mas foi somente mais tarde que veio a público a notícia de que havia um rombo de R\$ 3,8 bilhões, e só em fevereiro de 2011 o PanAmericano informou que o buraco era ainda maior, de R\$ 4,3 bilhões.

Para Sergio Belsito, presidente do Sinal, há escassez de funcionários que sejam especializados em sistemas e ao mesmo tempo tenham conhecimento em contabilidade. 'O BC poderia ter solicitado já em 2006 um procedimento que mostra toda a base de dados do PanAmericano. Mas é preciso ter gente especializada para fazer esse trabalho, e o BC não tem em número suficiente', disse Belsito.

Um advogado de grandes Bancos endossa o argumento do sindicato: 'O BC talvez seja o órgão mais sério do serviço público brasileiro. Mas, na área de sistemas, ficou para trás. [...] Colocar um Banco em evidência é uma decisão incomum. Quando isso acontece, é preciso vasculhar [a instituição financeira] já no dia seguinte'

A fonte ligada ao BC afirmou que em um trabalho como o da investigação do PanAmericano o que faz diferença não é o número de servidores, mas 'uma boa tecnologia e pessoas bem treinadas', o que, na opinião dele, a autarquia tem. 'O BC nunca deixou de fazer nada por falta de pessoal' no caso PanAmericano, rebateu.

Diante de tantas informações coletadas, deve-se ter um embasamento para entender melhor o que de fato ocorreu no Banco PanAmericano.

3.4 Entendendo a crise

O jornalista Darlan Alvarenga, em sua coluna, no site G1 da Rede Globo (2011), explica a crise que se deflagrou no Banco PanAmericano. Segundo este jornalista, a instituição possui R\$ 11.882 bilhões em ativos totais em junho, o PanAmericano é o 21º maior Banco do País. Ao final do 2º trimestre de 2010, o Banco tinha 16,9 milhões de clientes cadastrados, dos quais 2,1 bilhões ativos. Em outubro do mesmo ano, o Banco Central teria detectado um rombo expressivo de R\$ 2,5 bilhões no Banco PanAmericano, uma vez que o balanço não estaria refletindo as reais condições da instituição. A origem do rombo, no entanto, não foi explicada.

A Caixa Econômica Federal comprou, em dezembro de 2009, por R\$ 739,2 milhões, 49% do capital votante e 35% do capital total do PanAmericano. A Caixa informou que a operação foi feita adotando as melhores práticas do mercado, mas se questiona por que o rombo não foi detectado nas

auditorias realizadas antes da compra.

Os controladores da instituição – Grupo Silvio Santos recebeu um prazo para adequar suas contas. No dia 11 de outubro de 2010, técnico acionista do grupo, ao Fundo Garantidor, a quem foi pedida assistência financeira. Em 9 de novembro de 2010, o Grupo Silvio Santos conseguiu a aprovação, pelo Fundo Garantidor do empréstimo de R\$ 2,5 bilhões.

O empresário Silvio Santos terá o prazo máximo de dez anos para quitar o empréstimo feito sem juros, apenas com correções monetárias. Como tudo funcionava para o rombo no Banco: como o Banco não levantava os recursos para empréstimos por meio dos depósitos feitos por correntistas, ele vendia parte de suas carteiras de crédito para grandes Bancos.

O que ocorreu foi que algumas dessas carteiras, mesmo já repassadas adiante, continuavam entre os ativos do Banco, sendo consideradas como prontas para serem vendidas. As carteiras, portanto, continuavam a ser contabilizadas como ativos, apesar de não pertencerem mais ao Banco.

São operações volumosas, pacotes de operações que têm 10,15 mil operações de pequeno valor.

Conforme Nairana Oscar (2010), o rombo no caixa do Banco PanAmericano coloca em xeque o trabalho das auditorias interna e independentes responsáveis por avaliar as contas da instituição. Os dados internos do Banco são auditados pela *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes. E, no ano passado, a instituição financeira do grupo Silvio Santos passou ainda pelo crivo do Banco Fator, instituições que ajudavam a Caixa Econômica Federal na compra de 49% do capital do PanAmericano.

Uma fonte que acompanhou de perto essa transação afirma que seria impossível a fraude ser detectada pelas consultorias responsáveis pela venda do Banco para a Caixa, já que sigilo bancário impede que os nomes dos clientes sejam identificados. No entanto, segundo essa fonte, os dados indisponíveis aos operadores externos poderiam ter passado pelo crivo da *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes (OSCAR, 2010).

O Banco Fator, contratado pela Caixa Econômica para intermediar a aquisição, disse por meio da assessoria de imprensa que não tinha como identificar possíveis fraudes nas contas do Banco, auditadas em março do ano passado para a transação. 'Não temos expertise para fazer auditoria, por isso contratamos uma empresa de renome para cuidar desse processo', informou o Fator. Segundo o Banco, não seria possível identificar a existência de operações cruzadas feitas ilegalmente por causa do sigilo bancário. 'Mas não é possível afirmar ainda se houve realmente uma fraude'.", reforçou o Banco.

A KPMG (Assessoria Financeira e em processos de Fusões & Aquisições, Restruturações) auditoria contratada pelo Fator, também tentou se explicar em uma nota divulgada quarta à noite. A empresa enfatizou que não é responsável pela auditoria interna do PanAmericano. E escreveu: 'A KPMG foi contratada para executar certos procedimentos pré-acordados de diligência em dados disponibilizados pelo referido Banco em 'data room' com data base de março de 2009'.

Sócia do PanAmericano, a Caixa Econômica Federal disse que a operação de compra iniciada no fim do ano passado só foi concretizada em julho após aprovação do Banco Central. Segundo a Caixa, as contas do PanAmericano foram submetidas também à análise da BDO Consultores, para que emitisse uma segunda opinião.

Para entender a crise e responder a pergunta de pesquisa deste estudo se faz necessário explanar o desfecho da crise. Apontando a atitude tomada pelo empresário Sílvio Santos.

3.5 Desfecho da crise

Depois de ter negociado com o Fundo Garantidor de crédito um empréstimo de 2,5 bilhões de reais, em novembro de 2010, o empresário Sílvio Santos resolveu vender o restante de suas ações para o Banco BTG Pactual.

Em nota, o BTG Pactual confirmou, pouco depois, ter acertado a compra da fatia do apresentador na instituição.

O PanAmericano não deu baixa em ativos vendidos, diz diretor do Banco Central. Aporte entrou para evitar intervenção no PanAmericano, diz Fundo Garantidor de Crédito.

Segundo o BTG Pactual, a compra foi fechada por R\$ 450 milhões. Com o acordo, a instituição passa a deter 34,64% do PanAmericano, com 51% das ações ordinárias – o que garante o controle do Banco – e 21,97% das preferenciais. “O patrimônio do Grupo BTG Pactual é de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões e o do Banco BTG Pactual, de R\$ 5,6 bilhões”, diz a instituição em nota.

Pelo acordo, a Caixa Econômica Federal (CEF) manterá sua participação de 36,56% no capital social total do Banco. Será feita, ainda, na data da conclusão do negócio, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) aos acionistas minoritários, nas mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, pelo preço de R\$ 4,89 por ação.

O comando do PanAmericano ficará nas mãos de José Luiz Acar Pedro, sócio do BTG. Fica nítido que o empresário Sílvio Santos alega que pode ter ocorrido uma má administração, essa é uma das hipóteses que não se deve descartar, pois quando tem uma administração confiável e qualificada se torna difícil a ocorrência de fraudes.

3.6 Identificação dos problemas éticos

No caso da situação-problema apresentada, qual seja, a possível emissão de informações financeiras fraudulentas, pode-se perceber que os envolvidos feriram o modelo da virtude.

As definições dicionarizadas da palavra íntegro, em geral, estão associadas a algo que é inteiro, completo, perfeito, exato, reto, imparcial e inatacável. Dessa forma, conclui-se que o ex-diretor financeiro do BP não agiu de forma íntegra ao transformar, propositadamente, e por motivos pessoais, uma informação prejudicando a imagem do banco e descumprindo a característica qualitativa de representação econômica fiel dos eventos pela contabilidade.

Quanto ao contador do grupo, responsável pela

operacionalização dos lançamentos indevidos, este se utilizou de um pretexto entendendo como uma racionalização, cuja intenção foi justificar prováveis comportamentos antiéticos, neste caso, algo como “meu chefe me mandou fazer”.

Quando um comportamento antiético é identificado, nestes parâmetros, pode-se dizer que falta coragem moral, ou seja, força para fazer a coisa certa, apesar do medo de sofrer as consequências.

Com base neste modelo de ética, qual seja, o da virtude, tanto Wilson de Aro quanto Marco da Silva agiram de forma antiética, pois ao primeiro faltou integridade e ao segundo faltou coragem, de forma que nenhum dos dois foi moderado em suas qualidades, requisito proposto por Aristóteles para se alcançar a virtude.

A segunda situação-problema, em que a interferência do setor público no setor privado prejudicou o setor público, a fim de preservar o setor privado, será analisada sob a ótica do modelo da justiça, por ser de fácil aplicação.

Para exemplificar, o que ocorre em situações normais, pode-se imaginar uma empresa que está passando por dificuldades financeiras e tem saldo bancário negativo. Provavelmente, esta empresa não conseguirá um financiamento com boas condições para ela em nenhuma instituição financeira, visto que o risco do crédito é maior.

O que aconteceu com o BP pode ter sido exatamente o contrário. O banco conseguiu, em um momento de dificuldades financeiras, uma forma de financiamento muito vantajosa, por meio de interferência governamental. Se isso acontece, o modelo da justiça não está sendo seguido, porque todas as empresas deveriam ter o mesmo tratamento.

Fica a dúvida: o Banco PanAmericano é significativamente diferente de qualquer outra empresa que tenha passado por dificuldades financeiras, para justificar o recebimento de tratamento especial?

A forma mais eficaz de analisar a terceira situação-problema, a realização insuficiente dos procedimentos de auditoria, é pelo modelo de direitos e de obrigações.

Conforme normatizado pela NBC-TA-200 – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria, exige-se do auditor que ele esteja seguro, em nível elevado, de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes, independente de terem sido causadas por erro ou por fraude. Entende-se por esta norma que quando uma empresa de auditoria é contratada e emite um parecer de auditoria sem ressalvas, a possibilidade de existência de erros ou fraudes na demonstração divulgada é pequena.

Já de acordo com a NBC-P1, caso o auditor independente tenha emitido pareceres sem fazer ressalvas e, posteriormente, sejam descobertas distorções que afetem as demonstrações financeiras relevantemente, este deve apresentar seus papéis de trabalho ao Conselho Federal de Contabilidade e aos Conselhos Regionais de Contabilidade, com autorização prévia da administração da instituição auditada.

No dia 17 de novembro de 2010, a Deloitte emitiu um comunicado afirmando estar impedida de se pronunciar sobre o caso do BP por questões de ética e de normas profissionais. Então, considerando como verdadeira a possibilidade de esta empresa de auditoria ter realizado trabalhos abaixo do nível de qualidade esperado, pelo mercado, pode-se afirmar que suas obrigações não foram cumpridas, ou seja, ela falhou eticamente.

4 Conclusão

O objetivo deste artigo foi averiguar o grau de confiabilidade da auditoria das Demonstrações Contábeis, com o intuito de identificar até que ponto se pode considerar a auditoria confiável. Os administradores das empresas acreditam nas pessoas que lideram a auditoria, que é aplicada na sua organização.

Ao elaborar o referencial teórico e analisar conceitos defendidos por renomados autores que abordam a importância da Auditoria Externa e Interna dentro das organizações, foi possível constatar que o controle interno adequado e pessoas confiáveis, para manipular esse mecanismo, é uma ferramenta extremamente importante, mas não o suficiente, pois não se pode interpretar a reação das pessoas, quando se tem a oportunidade de usufruir de um dinheiro que aparentemente é fácil.

A auditoria é uma ferramenta gerencial imprescindível para a contabilidade, haja vista que, os procedimentos de auditoria, principalmente, o controle interno é um revisor do seu próprio trabalho, com a finalidade de identificar falhas, erros e possíveis fraudes.

Diante deste pressuposto, levou-se a busca por um caso real, a instituição PanAmericano, que em dois mil e dez se apresentou como o auge de fraude contábil; inicialmente, de 2,5 bilhões, porém as últimas informações coletadas até o mês de agosto de 2011, já se falava de uma fraude equivalente a 4,3 bilhões de reais.

É importante ressaltar que a Caixa Econômica Federal já havia adquirido 49% das ações do PanAmericano, destaca-se que para a realização desta transação comercial, já havia sido efetuada uma auditoria no Banco PanAmericano, pois um órgão público, como é o caso da Caixa Econômica Federal não poderia comprar parte das ações de uma instituição com um rombo gigantesco como o descoberto logo após a concretização da venda.

Especialistas afirmam que seria impossível a fraude ser detectada pelas consultorias responsáveis pela venda do Banco à Caixa, já que o sigilo bancário impede que os nomes dos clientes sejam identificados. Diante desta constatação, a indagação que permanece é a seguinte: Até que ponto as

auditorias das Demonstrações Contábeis realizadas nas instituições financeiras são confiáveis?

Referências

- ALMEIDA, M.C. *Auditoria: um curso moderno e completo*. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANGELI, P.P.T. *Republicação das demonstrações contábeis: uma análise dos índices ROA, ROE e endividamento total em empresas brasileiras no período de 2000 a 2005*. Vitória: FUCAPE, 2008.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Bauru: Edipro, 2007.
- ATTIE, W. *Auditoria conceitos e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2010.
- BORDIN, P.; SARAIVA, C.J. O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. *Rev. Eletr. Contabilidade Ciênc. Contáb. UFSM*, n.esp. 2005. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/198109466224>
- CRESPO, S. Fiscalização do BC perde pessoal - Capacidade de fiscalizar o sistema financeiro pode ser afetada pela suspensão das nomeações de concursados e continuidade das aposentadorias no Banco Central. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,fiscalizacao-do-bc-perdepessoal,69255,0.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- KANT, I. *Fundamental principles of the metaphysic of moral*. Austrália: eBooks@Adelaide, 2004.
- KRAEMER, M.E.P. *A maquiagem das demonstrações contábeis com a contabilidade criativa*. 2011. Disponível em: <http://www.gestipolis.com>. Acesso em: 25 fev. 2017
- LUNELLI, R.L. *Análise de demonstrações contábeis e financeiras*. 2011. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm> Acesso em: 25 fev. 2015.
- MARION, J.C. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MURARO, M.; SANTOS, S.R.T. A influencia da Lei da Responsabilidade Fiscal nos procedimentos de controle interno. *Rev. Bras. Contabilidade*, n.181, p.27-39, 2010.
- OSCAR, N. *Delloite, KPMG e Fator não identificaram fraude*. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,delloite-kpmg-e-fator-nao-identificaram-fraude,42896e>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- PANAMERICANO. *Institucional*. Disponível em: http://www.PanAmericano.com.br/sit_e/content/home/Default.aspx. Acesso em: 26 fev. 2017.
- PATURY, F. Pagarei tudo que devo a ele” fã de todos os presidentes, dos gerais a Lula, passando por Collor, o rosto mais conhecido da televisão tem uma dívida de 2,5 bilhões de reais e não crê em soluções políticas. *Veja*, v.43, n.46, p.50-64, 2010.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- VÁZQUEZ, S.A. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.